



## **A CRIANÇA E O BRINCAR: ASPECTOS LEGAIS E NORMATIVOS DO ENSINO NO BRASIL**

*THE CHILD AND PLAYING: LEGAL AND NORMATIVE ASPECTS OF EDUCATION IN  
BRAZIL*

Autor: Mércia Maria de Santi Estácio

Estas são notas prévias de uma pesquisa que estão presentes em um projeto que pretende analisar o que está proposto em alguns documentos como: Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, (BRASIL, 2007) produzido pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental; Diretrizes da Secretaria Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte, Diretrizes da Secretaria Municipal de Natal; Conselho Estadual e Projeto Político Pedagógico de uma escola objeto da pesquisa. Tal análise visa observar as considerações feitas ao brincar, bem como, verificar o que acontece na prática numa escola pública em Natal no Rio Grande do Norte.

Identificaremos também a existência e execução ou não de políticas públicas voltadas para o brincar na Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e na Secretaria Municipal de Educação do Natal.

Tais escolhas prendem-se ao fato de acreditarmos na relevância e importância do tema – brincar – o qual merece atenção do poder público, bem como, da escola e dos seus envolvidos.

Algumas perguntas nortearão nossos estudos como: Os documentos analisados são dirigidos especificamente ao brincar? As orientações contidas nos documentos são consideradas e praticadas na escola observada? Existe ou não um distanciamento entre o referencial teórico e a prática? Quais dificuldades são apontadas pelos professores como decisivas nessa diferença?

Trata-se este estudo de uma abordagem teórico-metodológica, delineada por uma análise documental e um estudo de caso da realidade da escola observada.

O produto final do projeto será verificar se há disparidade entre o que está proposto na legislação de ensino e o que acontece na realidade na escola observada nesta pesquisa. Sendo nossa perspectiva devolver à escola e as secretarias conhecimentos sistematizados sobre o assunto, seja em forma de seminários, de estudos em grupos, de carta de devolução informativa, de artigos científicos, publicações sobre a pesquisa, dentre outros.

Com relação à problemática sabemos que historicamente o brinquedo foi utilizado desde os primórdios da humanidade. Com o passar do tempo novas brincadeiras surgiram, novos brinquedos foram criados, e assim, o brincar sempre fez parte do universo infantil e das formações sociais. Sabemos que é brincando que a criança experimenta situações e as emoções do seu próprio entorno, bem como, do mundo dos adultos. No brincar a criança estabelece e vive relações, cria regras, se estrutura, reconhece o outro, enfim começa a se colocar no mundo: Através do brincar a criança se apropria do mundo e de tudo que está envolvido nele, chegando até a formar sobre ele uma visão própria.

Conseguirmos uma conceituação fechada sobre a criança e o papel do ato de brincar em seu desenvolvimento, não nos parece uma tarefa fácil, uma vez que tal concepção vem sendo construída historicamente e dessa forma, também vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma única nem mesmo dentro de uma mesma sociedade e/ou época. Mas podemos significar que oficialmente no Brasil: “As crianças possuem uma

natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio.” (BRASIL, 1998, p.21)

Outro conceito envolvido por nós na temática sobre o brincar além do de criança é o de políticas públicas, o qual podemos conceituar como o conjunto de ações ou normas criadas pelo poder público (governo) com o objetivo de garantir direitos sociais, configura compromisso público e visa atender demandas sociais específicas nas mais diferentes áreas. Apesar do caráter estatal podem estar envolvidos agentes privados, através de programas, projetos, etc. (GUARESCHI, COMUNELLO, NARDINI & HOENISCH, 2004, p. 180). Tais políticas muitas vezes são legitimadas por uma legislação específica como no caso das políticas de ensino.

Elegemos o brincar como objeto de estudo do presente projeto, e o perspectivamos numa relação de imbricamento, tecendo considerações sobre as políticas públicas voltadas não apenas para o tema: brincar, mas para a criança e a escola numa relação dialógica envolvida em aspectos legais.

Partindo dos aspectos norteadores desta pesquisa – políticas públicas, criança, brincar, escola e legitimação de ensino – começaremos a desenhar o caminho que pretendemos trilhar com este estudo, buscando estabelecer uma análise, uma identificação e uma verificação das propostas e práticas encaminhadas na escola observada com relação ao brincar.

Esta pesquisa se justifica partindo da premissa que a ausência do brincar na vida da criança prejudica sua estruturação e desenvolvimento. “O real, o imaginário e o simbólico se articulam firmemente na infância e, para isso, a criança terá que aprender alguma coisa” (LACAN, 1976 apud LEVIN, 1997, p.254). Assim, não podemos pensar a infância sem o lúdico, pois através dele acontece a ligação entre a aprendizagem, o desenvolvimento do ser, por isso seria impossível negar a sua importância.

Na atualidade o brincar vem sendo comprometido em virtude das condições da modernidade: a rapidez, o interesse cada vez maior pela antecipação do futuro, esquecendo-se do passado e do presente; é a cultura do progresso a qualquer custo.

Diz Jardim: “encontramos crianças com inteligências treinadas, plenas de informações e frágeis na capacidade de sustentar subjetivamente a construção de um saber próprio, crianças fraturadas no exercício da função simbólica” (JARDIM, 2004 apud MEIRA, 2002, p 43). Em vários espaços sociais e educativos, nos deparamos com crianças que já não querem mais fazer de conta, que não têm tempo para entrar em outro tempo, o tempo do brincar, do elaborar, do buscar sentido para suas descobertas, do conhecer-se, enfim tudo já está dado, pronto e acabado.

Consideramos, por estas e outras situações, importante tentar, se não responder, pelo menos clarear as questões que envolvem o brincar no contexto escolar, bem como, a existência ou não de políticas públicas e/ou orientações coletivas para a rede pública que assegurem o espaço para o brincar nas escolas.

O objetivo geral desta pesquisa será analisar o que está proposto através dos documentos já citados, com relação ao brincar numa escola da rede pública e sua execução prática.

O objetivo específico será investigar e identificar a existência de políticas públicas estaduais e municipais destinadas ao brincar na escola objeto da pesquisa.

Elegemos a pesquisa de natureza qualitativa, tendo como orientação metodológica a análise documental e do discurso, e o estudo de caso. Uma vez que analisaremos o que está proposto pelo poder público, por meio de documentos do Ministério da Educação e Cultura para o trabalho pedagógico que enfatizem o brincar, nas escolas da rede pública.

Tal escolha prende-se ao fato de vislumbrarmos no estudo de caso, algumas características e peculiaridades significativas para a interpretação da realidade a ser observada. Uma vez que o mesmo visa à descoberta; enfatiza a “interpretação em contexto”; retratam a realidade de forma completa e profunda, dentre outras. (LUDKE & MENGA, 1986, p. 18 e 19)

No entanto, acreditamos que estamos falando de um indicativo do possível percurso que a pesquisa possa seguir, visto que o mesmo não se fecha em si. E que no

decorrer da pesquisa outros elementos metodológicos possam ser incorporados e/ou utilizados e que o pesquisador tem responsabilidades sociais sobre o conhecimento por ele produzido questionando-se sobre as conseqüências práticas e os sucessos que sua produção pode alcançar. Portanto, ele pode agir sobre tal conhecimento dando-lhe um toque de pertencimento.

A pesquisa de campo se desenvolverá em uma escola pública, em Natal, no Rio Grande do Norte, que atenda crianças na faixa etária da segunda infância (06 a 10 anos) da Educação Básica, contemplando o Ensino Fundamental.

No decorrer da pesquisa serão utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados:

- Análise de documentos;
- Estudo da literatura;
- Busca por documentos legais/institucionais, projeto político pedagógico da escola observada;
- Observação na escola;
- Entrevistas semi-estruturadas com a equipe pedagógica;
- Fotos.

No primeiro momento da pesquisa realizaremos uma revisão de literatura, buscando embasar o corpo teórico da pesquisa. Em seguida procederemos à análise documental nas distintas esferas: Federal, Estadual, Municipal. Esta análise subsidiará a observação na escola, elemento este importante na construção do produto final da pesquisa.

Após as fases acima iniciaremos a análise e interpretação, do que foi observado na escola objeto da pesquisa, produzindo desta forma nossas considerações e apontamentos daquilo a que a pesquisa se propôs a verificar.

Partindo da análise documental e da observação na escola, esperamos obter como resultados da pesquisa a interpretação dos documentos e políticas públicas voltadas

para o brincar e como eles são praticados ou não na escola objeto dessa pesquisa. Para tanto, os conhecimentos sistematizados serão devolvidos às Secretarias Municipais e Estaduais, por meio de seminários, estudos em grupo, e outras ações que possam ser viabilizadas, tendo como objetivo maior uma devolução aos sujeitos envolvidos na pesquisa, bem como, a utilização da mesma de forma útil, ou seja, que a pesquisa possa ser publicada e compartilhada.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **A criança, o brinquedo a educação**. São Paulo: Summus, 1984.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo**. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília, 2007, p. 33-45. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>,> Acesso em: 10 out 2007

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão de crianças de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília, 2007, p. 33-45. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>,> Acesso em: 10 out 2007

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. 3v.: il.

FERNÁNDEZ, Alicia. **O saber em jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicopedagogia em Psicodrama: morando no brincar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HUINZIGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LEVIN, Esteban. **A infância em cena**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATURANA Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e Brincar: Fundamentos esquecidos do humano**. São Paulo: Palas Athena, 2004.

JARDIM, Cláudia Santos. 2004. **O brincar e a constituição subjetiva da criança**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOMOTRICIDADE, 9., 2004, Olinda. **Anais...** Olinda: Sociedade Brasileira de Psicomotricidade, 2004, p.43.